

A RELATIVIDADE CONCEITUAL E OS PARADIGMAS DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO PENSAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

João Carlos Tedesco¹

SINOPSE

O presente estudo busca refletir sobre os paradigmas norteadores da compreensão da economia camponesa em meio ao processo de produção mercantil. Questionam-se abordagens que tentam dicotomizar esse estrato em relação ao processo sócio-econômico mais global. Buscam-se dialetizar conceitos, objetivando compreender a pequena produção familiar inserida e redefinida num processo sócio-econômico maior, principalmente sob a ótica agroindustrial.

Palavras-chave: Economia Camponesa, Agricultura, Agroindústria.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, houve um processo rápido e profundo de transformações nas formas e nas relações de produção no espaço agrário, que se revestiu de complexidade, obrigando a um questionamento sobre o acervo analítico que o contempla. A agricultura descaracterizou-se daquilo que, convencionalmente, chamou-se complexo rural e caminhou para os , até então aceitos analiticamente, complexos agroindustriais (complexo soja, canavieiro, álcool, etc.), havendo uma profunda integração (não harmônica) entre os vários ramos do capital (bancário, industrial, agrário) que se entrelaçaram, na agricultura, no chamado processo de modernização/industrialização. Esse processo foi e continua sendo, como inúmeras análises demonstram, extremamente dinâmico em termos de estratos de produtores, de tipos de produto, de regiões, de subsídios, de infra-estrutura, de relações de produção, etc.

¹ Mestre em Sociologia, pela UFRGS - IEPE, Professor da Faculdade de Economia e do Departamento de Estudos Sociais, UPF. Pesquisador do Centro Regional de Economia e Administração - Banco de Dados.

Dentro desse modelo, inúmeras questões referentes à pequena produção de base familiar vêm à tona, entre elas: como fica, como está e como se comportará o pequeno produtor familiar nessa dinâmica? Pode-se falar, ainda hoje, em nível de Brasil, de um *modelo camponês* de produção (imbricação econômica entre produção e necessidade de consumo, produção de valores de uso/subsistência, autonomia frente à sociedade, etc.).² Como entender a transformação do *modelo camponês* no modelo de exploração familiar integrado economicamente ao mercado? Que tipo de projeto a “sociedade” estruturou para esse estrato econômico ainda tão presente no espaço agrário brasileiro?³ Em outras palavras, a presença de pequenas explorações familiares, no campo, hoje, em meio ao processo técnico-econômico-modernizante, pode ainda ser interpretada sob a ótica da diferenciação/proletarização social, ou simplesmente ser compreendida como um produto das contradições e da redefinição do próprio capital, principalmente agroindustrial, e das necessidades sócio-econômicas imbrincadas neste contexto?

Acredita-se que estudos específicos em realidades também específicas⁴, à luz de paradigmas já bem aceitos, brevemente esboçados aqui, poderão oxigenar, dialogar, relativizar e/ou corroborar interpretações contemporâneas. Deste modo, considera-se importante a categoria analítica produção familiar para a compreensão dos processos e transformações que estão ocorrendo na agricultura hoje. Não há dúvidas de que a permanência ou não da pequena propriedade familiar no campo apresenta-se como um dado discordante⁵. Daí ser necessário examinarem-se inúmeras abordagens que, parcial e/ou efetivamente, poderão iluminar a compreensão de análises de casos específicos.

²Conforme tipologia de H. MENDRAS: *Sociétés paysannes*. Paris, Colin, 1976. 236 pp.

³Segundo KAGEYAMA e BERGAMASCO (1990), a partir do último Recenseamento Agrícola, dos 5.151.155 estabelecimentos agrícolas no Brasil, 3.688.418 podem ser qualificados como unidades familiares. A partir, também, do Recenseamento de 1985, constatou-se uma reativação de pequenas unidades familiares e o aumento da força de trabalho familiar (em anexo).

⁴Faz-se uma análise empírica da agroindustrialização do espaço agrário regional e do papel da pequena produção familiar neste processo (parte dos resultados já foram publicados em outros números desta revista e em outras instituições). Apenas para mencionar, o que se apresenta na região é uma intensa vinculação do pequeno produtor familiar (mais de 1700) às agroindústrias locais (Perdigão, Minuano, Frango Sul). Realidades complexas, trajetórias lineares e descontínuas, processos sociais e econômicos vão se processando nessa relação sob a orientação da integração de capitais industriais e do produtor rural na perspectiva do mercado.

⁵Alguns poderão dizer que, por falta de novas abordagens, vive-se batendo ainda na "tecla" dos clássicos. Porém, é bom que se diga que o real é ainda uma fonte de inesgotável complexidade. Deste modo, através do imenso acervo de categorias interpretativas dos clássicos, senão na totalidade, pelo menos em parte, e em situações específicas e/ou diferenciadas, poderão oxigenar o real vivido do mundo camponês.

Tem-se como objetivo, ao se trabalhar teoricamente algumas questões, contribuir para a compreensão da permanência desse estrato sócio-econômico frente a um modelo de desenvolvimento e racionalidade econômica moderna que, aparentemente, deveria excluí-lo completamente. Além disso, busca-se enfocar a necessidade de relativizar interpretações absolutizadoras, as quais, ainda, para alguns, exercem o papel de camisa-de-força na vestimenta da realidade do espaço agrário hoje.

É desta discussão que se tentará dar conta nesta breve reflexão; em vez de se darem respostas e tipologizar realidades, buscar-se-á levantar mais questionamentos.

Deste modo, primeiramente, "caminhar-se-á" pela literatura clássica, que contempla o estrato produtivo camponês fadado ao desaparecimento ou então como um modo de produção independente, transformando-se, paulatinamente, em agricultor familiar. Objetiva-se questionar essas abordagens enquanto canais explicativos do contexto atual. Após, adentrar-se-á em abordagens mais recentes e, principalmente, de autores brasileiros, sob a ótica das contradições do capital, da nova redefinição do espaço agrário (questão, por exemplo, das biotecnologias) e a pequena produção familiar hoje vinculada às agroindústrias.

2 OS CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO ACERCA DO CAMPESINATO

2.1 Na ótica da transitoriedade camponesa rumo ao proletariado urbano

Essa abordagem tem sua vertente na teoria marxiana. MARX não se preocupou muito em formular explicitamente uma questão agrária. Os seus escritos sobre a agricultura em **O Capital**, Vol VI ou nos livros III e IV, devem ser compreendidos no quadro das lutas políticas e dentro da contextualidade objetiva da obra.

MARX via com bastante ceticismo a categoria camponês. No **Dezeto Brumário de Louis Bonaparte**, aborda o drama da sociedade camponesa atomizada, fragmentada e alienada (o famoso "saco de batatas"). Em nível conceitual, o autor trabalha mais com classe operária e burguesa, pois ficava difícil para ele, em termos analíticos, o enfoque camponês. Como atribuir, conceitualmente, a sua forma de rendimento? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna capitalista; se receber salário, vira operário; se vive de renda da terra, é proprietário fundiário. Dentro do processo de divisão do trabalho, ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que também não vive de exploração do trabalho alheio. Deste modo, não é difícil

deduzir que, na sua análise, o camponês é um resquício cuja integração à economia de mercado significará sua extinção.

O campesinato (a não ser os proprietários fundiários que emergem como terceira classe auferida de mais-valia social) não tem um lugar próprio nas categorias básicas do desenvolvimento capitalista. A atividade produtiva que dá origem à sua produção não tem o estatuto de trabalho social (ABRAMOVAY, 1990), mesmo porque, segundo o autor, grande parte das relações sócio-econômicas que aí se desenvolvem não são incompatíveis com o paradigma da produção capitalista; a sua vinculação com o mercado é parcial e, além do mais, este acaba por solapar as possibilidades de reprodução social do camponês.

Em LÊNIN (1983), encontra-se uma abordagem mais apurada e específica da trajetória do campesinato. Segundo o autor, a universalização do modo de produção capitalista e de suas relações mercantis objetivam a desintegração (via proletarianização) do camponês. O desenvolvimento da história condenaria o campesinato ao desaparecimento. Pela lógica leninista:

"además de diferenciar-se, el viejo campesinato se derrumba por completo, deja de existir, desplezado por tipos de la población rural totalmente nuevos, por tipos que constituyen la base de la sociedad donde dominan la economía mercantil y la producción capitalista (...), la tendencia fundamental y principal del capitalismo es la eliminación de la producción en pequeña escala para que sea sustituida, tanto en la industria como en la agricultura, por la producción a gran escala (LÊNIN, 1989 ,apud LEHMANN, 1980: 78).

Segundo LÊNIN, a passagem da produção agrícola à especialização transforma o pequeno produtor em assalariado,⁶ rompendo com o nervo vital que orienta sua forma cultural de produção. LÊNIN traça claramente a tragédia, o devir camponês, enquanto negação, cuja integração à economia de mercado significaria fatalmente sua extinção. Deixa claro, em suas abordagens, que a superioridade da grande exploração de base capitalista sobre a unidade familiar é um dado absoluto e, o que é pior, não há como frear esse movimento inelutável, pois é próprio da estrutura econômica que norteia o modo de produção capitalista.

Já, KAUTSKY (1974) não é tão enfático quanto LÊNIN: ele não vê o camponês como uma categoria social com os dias contados. Na sua teoria da "industrialização

⁶Inúmeras abordagens, no Brasil, tematizam por esse veio leninista, (ver SANDRONI (1980)); alguns dão ênfase aos complexos agroindustriais como determinantes na elevação do número de trabalhadores assalariados e a domicílio (ver MULLER (1989) e GRAZIANO DA SILVA (1978 e 1982)).

da agricultura", com o processo produtivo capitalista no campo e a conseqüente expansão das forças produtivas (expressa em progresso técnico), a grande exploração seria privilegiada através da economia da força de trabalho, com emprego de máquinas, divisão do trabalho, facilidade de créditos, assessoria técnica e possibilidade de colocação comercial do produto, em detrimento da pequena. Na sua abordagem, há a projeção de uma articulação entre o trabalho familiar e a agroindústria, transformando ou reduzindo aquele à condição de um trabalhador disfarçado:

"Desta forma, o camponês, de dono de sua própria produção agrícola, converte-se ele próprio em um apêndice da produção industrial, tendo de submeter-se às demandas desta última, ele se transforma, em parte, em um operário" (KAUTSKY, 1974: 228).

A concepção de sociedade kautskyana, de supremacia das forças produtivas, no âmbito da racionalidade dos instrumentos produtivos e da própria divisão do trabalho, produz um espaço onde a pequena unidade familiar pode ser útil, enquanto viveiro de força de trabalho para a grande exploração. Nessa dimensão de "complementaridade", produto do antagonismo de classe entre a pequena e a grande exploração, há uma simbiose, pois a necessidade de mão-de-obra para a grande exploração faz um contingente de pequenos produtores sobreviverem ao seu redor, enquanto reserva de força de trabalho. Nesse sentido, parte integrante do campesinato desempenharia um papel funcional dentro da expansão do capitalismo na agricultura.

Em síntese, o paradigma que KAUTSKY oferece assenta-se mais nas relações entre agricultura e indústria, na idéia de "industrializar a agricultura", na superioridade da grande exploração, na inutilidade política de se tentar impedir a expropriação que o movimento do capital exerce junto à pequena produção familiar. Deste modo, é o grande produtor, por questões técnico-mecânicas e pela racionalidade econômica e organizacional que o modelo exige, que se vinculará à agroindústria ou à indústria propriamente dita.

Não é muito difícil mostrar que as "previsões" tanto de LÊNIN quanto de KAUTSKY, na quase totalidade, não se realizaram. Ao que parece, segundo nossa hipótese, grande parte do campesinato hoje é transformado em produtor de excedentes mercantilizáveis. Desta forma, redefinido, supera antigas determinações, articula e adquire novos rumos sob a agricultura moderna, seja pela reorientação do capital na agricultura, pelas novas demandas sociais, pelos profundos problemas sociais, seja pelo reordenamento econômico e social interno na própria estrutura

produtiva camponesa, etc. A funcionalidade da interpretação marxista, assim, não levou em conta a diversidade entre as unidades de produção.

O desenvolvimento da forma capitalista de produção terá rompido, na totalidade o nervo vital da pequena produção familiar na agricultura? Esta estará marchando irremediavelmente para a ruína? Que a situação deste estrato não está fácil é indiscutível, porém acredita-se que isso não signifique sua extinção. Perceber, radicalmente, por essa ótica, no nosso ponto de vista, é perder de vista o reordenamento, muitas vezes contraditório, das forças atuantes nesse espaço: sua inventividade, o abrir e fechar espaços, a dinamicidade e multiplicidade de suas lutas, etc. Será que, realmente, o progresso técnico, com toda sua dinâmica mercantil, e a unidade de produção familiar não avançam juntos hoje? Como entender essa nova dinâmica tecnológica de produção (a primeira se deu sob a forma de meios mecânicos), sob a égide da genética e da biotecnologia, no processo de "cooptação" da unidade familiar, sem um projeto (pode ser seletivo e/ou excludente) de complementaridade sócio-econômica? Não partilha e vivencia a unidade de produção familiar um conjunto de valores e de práticas que transcendem, absorvem e resistem à objetividade da dinâmica mercantil capitalista?

Não há dúvidas de que o "nervo vital" da pequena produção familiar, como disse ENGELS, rompeu-se (porém isso não significa que tenha desaparecido); que os laços comunitários, a economia de subsistência, a dinâmica do valor de uso, as determinações puramente internas ou locais (pessoa a pessoa ou então M - M) não participam mais ativamente na reprodução material, considerando que esta se baseia na divisão do trabalho social, na competência e eficiência, enquanto condutora da reprodução social. Mas, tenderá o pequeno produtor familiar a se comportar como empresário (como queria SCHULTZ e muitos outros da economia neoclássica), capaz de atuar puramente de acordo com o mercado e com a dinâmica do progresso técnico disponível? Terá o capital, expresso nos fatores acima mencionados e naqueles que o mesmo apresenta como contraditórios, minado completamente as bases objetivas e simbólicas da reprodução social da pequena produção familiar?

Mas, fiquemos, ainda, no debate dos teóricos clássicos!

É inevitável a dedução de que tanto LÊNIN quanto KAUTSKY e alguns de seus fiéis seguidores tentaram absolutizar ou imprimir estatutos de categorias objetivas à fatalidade do camponês, sem levar em conta a constante redefinição, reconstrução social deste estrato. A par desta teoria, juntam-se ao debate as posições que abordam a externalidade do campesinato ao capitalismo.

2.2 Mundo camponês: um caso à parte na totalidade do sistema sócio-econômico

O principal ideólogo dessa abordagem tipológica é CHAYANOV (1981). Para ele, o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social; trata-se de um sistema econômico, o qual apresenta leis de reprodução e de desenvolvimento⁷. O objetivo do trabalho na unidade familiar é a manutenção das condições da vida familiar, direcionando um certo balanceamento entre o trabalho e o consumo. A unidade familiar articula sua auto-exploração em função de um peculiar equilíbrio entre a satisfação de sua demanda e a própria exigência do trabalho. Analisando a questão na perspectiva da utilidade marginal, o autor considera a unidade camponesa como

"una finca de trabajo familiar en la cual la familia, como resultado de su trabajo anual recibe un ingreso único, y sopesa sus esfuerzos en relación a los resultados materiales obtenidos" (LEHMANN, 1980: 12).

Assim, na medida em que são acrescidos critérios de produtividade, cresce-se a obtenção da quantidade de produtos do mesmo trabalho, o que faz a unidade de produção aumentar sua produção e satisfazer plenamente a demanda familiar. Nesse sentido, unidades produziriam para seu próprio consumo; a produção da unidade familiar seria orientada pelo critério da indissociabilidade entre produção e consumo. Em outros termos, as unidades produziriam, fundamentalmente, para o consumo produtivo e improdutivo da própria unidade.

Para CHAYANOV, a renda familiar é um todo indivisível que guia e direciona os indivíduos às necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar,⁸ ou seja, frente a um aumento de preços, as unidades familiares poderiam diminuir sua produção, dado que os retornos satisfariam as demandas. Numa situação inversa, a diminuição de preços promoveria a intensificação do esforço na produção dos limites habituais.

⁷ O conceito de modo de produção como unidade de análise foi muito usado no Brasil principalmente durante o período caloroso do debate europeu do início da década de 70. A maioria desses trabalhos foram desenvolvidos no Nordeste.

⁸ Não que o trabalho do camponês não possa ser apropriado por outros setores (agroindústria, por exemplo), no entanto essa exploração por outros setores vai depender do próprio camponês na autodeterminação de sua economia. Em algumas situações, CHAYANOV admite que o camponês acumule riqueza, só que essa acumulação de capital (numa linguagem do capitalismo) depende da evolução subjetiva proporcional a da utilidade marginal do trabalho gasto nesse processo.

Enquanto LÊNIN via a proletarização, CHAYANOV apontava para a identidade social do campesinato, ou seja, não são as características da agricultura que objetivam a existência ou não do campesinato, mas, sim, é a existência do campesinato que explica como a estrutura social no campo será moldada. A abordagem chayanoviana não reduz o campesinato a uma categoria social transitória, contingente, prestes a ser varrida da história pela porta dos fundos do desenvolvimento. Segundo CHAYANOV, é possível encontrar, no interior da família camponesa, elementos geradores de sua conduta que estão inseridos nas práticas racionais do capitalismo.⁹

O objetivo da produção capitalista é a acumulação, enquanto o da unidade de produção familiar é buscar sua sobrevivência através de um recurso interno, que é a sua própria força de trabalho. A variável dependente, nessa ótica, é o consumo, materializada pelo trabalho. Para CHAYANOV, o capitalismo e o campesinato formariam mundos paralelos, ambos se relacionando através de trocas mercantis, porém, com lógicas diferentes. CHAYANOV partiu de um ponto oposto ao de LÊNIN: mesmo atribuindo importância ao trabalho assalariado, ele analisou a dinâmica especificamente capitalista da unidade camponesa. O autor não descarta a existência de um campesinato diferenciado, principalmente no que se refere à concentração de terras e de capital, como também à proletarização de pequenas unidades de produção. O que há, segundo ele, em maior evidência (e talvez isso, em parte, explique a grande tendência à integração à agroindústria) é uma verticalização crescente das relações econômicas dependentes do capital tanto industrial quanto comercial e bancário.

SHANIN (1980), TEPICHT (1973) e muitos outros buscam retomar o pensamento chayanoviano, adaptando-o a novas abordagens marxistas, ou resgatando conceitos das correntes do estruturalismo francês, ou então da microeconomia neoclássica.

AMIM e VERGAPOULAS (1977) caminham pela vertente estruturalista. Segundo eles, o mundo atual é formado por um sistema de formações sociais que

⁹Para efeitos de uma breve resenha, não se tem condições de aprofundar as variantes do pensamento chayanoviano, bem como as modalidades assumidas pela socialização do trabalho camponês (cooperativismo), na tentativa de antagonizar a coletivização forçada. No entanto, é importante ressaltar que o seu pensamento foi desenvolvido em outros países e em contextos diferentes os quais não comportam elasticidade de oferta de terras como o vivido na Rússia de seu tempo. Apenas para ilustrar, TEPICHT "**Marxisme et agriculture: le paysan polonais**". Paris: Colin, 1973; AMIM e VERGAPOULOS "**A questão agrária**". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, bem como algumas vertentes do estruturalismo francês buscam adotar o marco teórico chayanoviano para explicar a presença da produção camponesa sob o capitalismo.

estão ligadas entre si por relações mercantis. Nessa perspectiva, o modo de produção camponês, na relação com o modo de produção capitalista, vai se esvaziando de seu conteúdo. Afirmam os autores que o camponês concorre no mercado capitalista em função do baixo nível de vida a que está submetido. Deste modo, o moderno complexo agroindustrial reduz o camponês à condição vizinha de um proletariado a domicílio, na verdade, um vendedor de força de trabalho.

TEPICHT (1973), mesmo aproximando a economia a um modo de produção, identifica-a mais com o pensamento marxista. Ele percebe o campesinato como um conjunto coerente, mas, ao mesmo tempo, distinto de forças produtivas e de relações de produção entre homens. O caráter familiar da unidade camponesa convive com um forte individualismo externo, associado a um forte coletivismo interno, havendo, no entanto, uma certa simbiose entre a unidade de exploração e a unidade de consumo. Os fatores de produção, principalmente terra e trabalho, vão sendo substituídos pelo fator capital, gerando, com isso, diferenciação de classe.

Por mais que a economia camponesa se relacione com o mercado, essa relação é parcialmente mercantil, pois há uma maior utilização de recursos internos no processo produtivo e, mesmo assim, essa relação com o mercado (compra e venda de mercadorias) não altera a auto-exploração e a baixa remuneração camponesa. Aliás, TEPICHT é enfático ao mostrar que a família camponesa cumpre a função de ofertar produtos agrícolas a preços inferiores aos das grandes empresas; isso, entre outras coisas, pelo fato de ela não exigir, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro.

Em síntese, ao entrar a fundo na vertente chayanoviana, percebe-se a natureza de uma variada sistemática de unidades econômicas interligadas e interdependentes, de difícil caracterização. O importante a ressaltar, de seu pensamento e de seus posteriores interlocutores, é que, no caso específico do camponês, este não é visto como uma unidade subjetiva teleológica. A relevância de seu modelo está em que a unidade familiar camponesa racionaliza as decisões econômicas a partir de um equilíbrio subjetivo, da satisfação das necessidades básicas de subsistência. Deste modo, tanto o valor do trabalho quanto dos bens de consumo ou, então, das "forças marginais", têm um caráter endógeno de determinação econômica, diferente da dos marxistas que buscam determinações de natureza social (sobre trabalho, dominação, acumulação de capital, etc.). No entanto, como coloca ABRAMOVAY (1992), os chayanovianos-neoclássicos procuram dar respostas a problemas práticos do desenvolvimento econômico sem, muitas vezes, compreenderem teoricamente a família camponesa. Destarte, a noção de equilíbrio econômico subjetivo produz tanto

propostas de modernização acelerada quanto a recomendação de extrema prudência nas transformações da vida agrária. Nessa dubiedade, é bom ter presente, como diz PAARIBERG (apud ABRAMOVAY, 1992), que a unidade familiar de produção não é apenas uma forma de produzir safras e criações; é uma forma de produzir gente - boa gente.

É deste modo que se fala tanto hoje em racionalidade camponesa, principalmente os ufanistas do complexo agroindustrial. Mas não háverá limites nessa racionalidade no próprio seio da comunidade camponesa? A "lógica" em que esta opera realmente se dá pela racionalidade do comportamento econômico, instrumentalizado pela idéia de mercado, preço, custos dos fatores de produção, eficiência marginal da produção e consumo, e muitíssimas etcéteras? A falha ou a fronteira dessa "racionalidade" está no camponês ou está na própria teoria? É possível uma convivência entre a "racionalidade econômica", com a dinâmica dos laços comunitários locais (*habitus* cultural), e as relações de interdependência personalizadas e sociais, próprias do camponês?

A integração vertical (de que CHAYANOV tanto falou), à qual as unidades familiares estão submetidas, transfere para esta os riscos com que, até então, as empresas arcavam. Neste sentido, o binômio trabalho/consumo, na medida em que ocorre esta integração, depende ainda de critérios puramente subjetivos-internos à "lógica" da unidade produtiva ou é pré-determinado pela agroindústria?

Não há dúvidas de que o paradigma chayanoviano - da racionalidade da aplicação da força de trabalho ou da especificidade do camponês em contextos específicos - auxilia na compreensão do vivido camponês, no entanto considera-se que não é explicativo da totalidade expressa hoje. A história tem mostrado que existe flexibilidade e redefinição constante na pequena unidade familiar sob o modo de produção capitalista.

É importante deixar claro que não se refutam por completo os dois marcos teóricos; entende-se apenas serem esses insuficientes para a análise explicativa do processo evidenciado hoje, mesmo porque querer qualificar o camponês como uma categoria teleologizada pelo movimento histórico (concepção profundamente etapista ou evolucionista), ou apenas funcional ao grande capital, é desconhecer ou perder de vista a vitalidade e multiplicidade de suas formas organizativas. É bom ter presente, também, que o processo de modernização da agricultura não determinou o desaparecimento completo da unidade familiar, imprimindo-lhe, inclusive, em algumas situações, dinamismo. O que se quer mostrar é que a situação se apresenta com matizes que vão muito além de uma linearidade causa/efeito.

Nesse sentido é que se tentará não hipostaziar, mas mostrar a necessidade de se fazer uma nova abordagem sobre a redefinição do produtor familiar na sua lógica produtiva frente ao e com o movimento do capital.

3 A PERMANÊNCIA E REDEFINIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROCESSO SÓCIO ECONÔMICO GLOBAL

3.1 Dialetrizando a síntese: as relações sociais no processo de produção agroindustrial

O que se percebe é que, nas suas especificidades, há uma tendência à redefinição e à permanência, porém seletiva, da pequena unidade familiar, na sua constante vinculação ao processo agroindustrial. Deste modo, discorda-se de alguns teóricos que apontam a presença, hoje, do pequeno produtor familiar como expressão da inviabilidade do capitalismo na agricultura em realizar o lucro médio, nem tampouco a renda da terra, como sendo um produto anômalo do capitalismo agrário, mas necessário à sua acumulação. Discorda-se também dos que, por outro lado, tipificam ou esteriotipam sua importância, principalmente no tocante à absorção de insumos, produção/produktividade, alocação de recursos, redução de custos, valorização da força de trabalho, produção de alimentos, "autodeterminação" do trabalho, tecnificação ou capitalização do mesmo, sem acumulação, etc. Nesse sentido, no referido estrato, os meios de produção e a força de trabalho podem vir a funcionar no processo de geração do valor.

Sob essa ótica trabalham, mesmo com abordagens diferenciadas, autores que dimensionam ufanisticamente o complexo industrial (CAI) e a racionalidade econômica na agricultura. Dentre estes, está SCHULTZ (1965), cuja teoria da modernização atribui um importante papel à capacidade de ser o agricultor individualizado o sujeito da transformação. Este, é enfático ao afirmar que os agricultores podem se enquadrar facilmente nas relações modernas de produção; basta, segundo ele, adequarem os pacotes tecnológicos, via agências eficientes, às condições existentes disponíveis. Em sua opinião, o setor agrícola passará de tradicional a moderno e dinâmico, impulsionando o desenvolvimento econômico mediante mudanças tecnológicas. A adoção de insumos modernos e a educação garantirão um índice de produtividade elevado dos fatores de produção e taxas de retorno mais elevadas. O autor apregoa uma conduta eficaz com mecanização dos fatores de produção, objetivando lucros com comportamento econômico racional.

Deste modo, através do Estado (subsídio, educação rural, etc.) e do acervo tecnológico disponível, o camponês não possuirá uma lógica de conduta diferenciada de outros agentes produtivos da sociedade.

Nesse enfoque de modernização, não se cogitam os possíveis constrangimentos e limitações do processo de crescimento e mudanças representáveis pela estrutura agrária. Acredita-se que as forças de mercado se encarregarão de promover as mudanças de ordem técnica, mesmo o pequeno produtor terá condições de substituir as técnicas atrasadas e de se adaptar devido à sua capacidade de resposta aos estímulos de preços. Basta dar o necessário estímulo às políticas que viabilizam a modernização, tais como: preços mínimos, insumos, máquinas a baixo custo, financiamento da produção, educação rural, desenvolvimento industrial, que tanto a pequena propriedade como a grande responderão com produtividade. A hipótese de investimento, para tornar o fluxo de insumos modernos disponíveis para os agricultores tradicionais, implica o aumento da capacidade de estações experimentais agrícolas e da produção de novos conhecimentos técnicos.

Nessa mesma linha, PASTORE et alii (1976) defendem a tese da inovação induzida. Para eles, a pesquisa agrícola tende a cumprir condicionantes básicos: grande concentração geográfica do produto, possibilidades de industrialização e exportação do produto e de transferências de tecnologia. Os mesmos autores, ao examinarem o baixo índice de inovação tecnológica de parte dos pequenos agricultores, concluem que a mão-de-obra não modernizada deve-se principalmente à sua incapacidade e não à ignorância das técnicas disponíveis.

Partindo deste pressuposto, constata-se que a estruturação do sistema produtivo no campo calcar-se-á (KAUTSKY já dizia isso) na grande exploração agrícola, por ser a que mais tem condições físicas e econômicas de inserir-se no progresso técnico. Nesta ótica, a capitalização, propiciada pelo progresso que leva à industrialização da agricultura, traduz-se pela substituição de fatores de produção pelo fator capital.

Convém ressaltar que, com o Golpe de 64, o Estado reveste-se de uma nova sistemática: passa a ser, juntamente com o capital estrangeiro, incentivador da inovação tecnológica e do aumento da produtividade, via modernização conservadora, mantendo a atual e histórica concentração fundiária. As suas políticas modernizadoras visavam, e hoje mais do que nunca, a integrar a base produtiva da agricultura ao complexo agroindustrial. O Estado torna-se, a partir daí, o arquiteto da acumulação do capital voltado para a agricultura, baseado na intensa expansão das relações capitalistas de produção, via complexo agroindustrial.

É desta forma que MULLER (1982), mesmo se detendo pouco nas relações sociais agrárias, identifica o capitalismo com modernização técnica do trabalho. Para ele, o sítio familiar modernizado torna-se pequena empresa capitalista, defendendo a idéia de que a expansão do capitalismo no campo dá-se em todas as regiões e nos mais variados tipos de propriedade. Reitera esse ter sido o complexo moderno agroindustrial de fundamental importância na expansão da renda e do nível de emprego, não apenas no meio rural, como no meio urbano. Para ele, ainda o processo de beneficiamento e transformação de produtos naturais, animais ou vegetais exerce impacto sobre o crescimento do valor adicionado da economia, elevando o grau da industrialização do resto do sistema e provocando maior difusão tecnológica. O CAI é considerado por ele como o melhor cliente da economia, pois constitui um pólo dinâmico, em grande parte, nos setores tradicionais. A agroindustrialização desponta como alternativa promissora na elaboração, na transformação dos produtos agrícolas e na absorção de parcelas consideráveis de excedente de força de trabalho rural, incentivando, também, o aumento da produção agropecuária.

Nessa ótica da dinâmica agroindustrial, insere-se também ALBUQUERQUE (1984: 64), que assim se manifesta:

"...falar em agroindústria é falar na predominância, no maior ritmo de crescimento das indústrias que se relacionam com a agricultura, prescindindo da intermediação do capital comercial. É falar em indústrias especializadas, em fornecer insumos para a agricultura, com tal porte econômico que possam financiar diretamente os agricultores (...) e em indústrias com tal capacidade de processamento que exijam especialização da produção de um grande número de produtores".

O próprio FURTADO (1975) admite que uma das funções da agricultura é transferir poupança para o setor expansivo industrial, podendo, portanto as elites agrárias reinvestirem parte de seus lucros na economia urbana, ou seja, a agricultura tende a financiar o desenvolvimento industrial. A realidade econômica de alguns setores da produção agrícola hoje corrobora as afirmações de FURTADO. No caso, por exemplo, de o aumento da produção/produtividade não retornar ao produtor na forma de preços elevados, há uma transferência setorial de renda, ou uma deterioração dos termos de troca entre agricultura e indústria, em detrimento daquela. Economicamente, isso possibilita a continuidade da baixa remuneração da força de trabalho. Deve-se deixar claro, porém, que não cabe à agricultura em geral transformar-se num setor de alta lucratividade, mas, sim, auxiliar no processo geral

de moldagem de um novo modelo de consumo e de acumulação (ABRAMOVAY, 1992).

JOHNSTON e KYLBY (1977) afirmam que, após haver a mudança da agricultura tradicional para a moderna, o espaço agrário passou a ter a função estratégica da acumulação. Segundo eles, a agricultura produtiva fomenta diretamente a industrialização, e o capital precisa se expandir na agricultura, caso contrário, ela se tornará inviável.

Sem querer avançar mais nesse eixo da dinâmica agroindustrial, o importante, ao que parece, é demonstrar que as idéias desenvolvidas acima partem do pressuposto de que modelos e estilos de desenvolvimento são construções puramente técnicas, inconseqüentes ou de conseqüências socialmente neutras. É evidente que muitas dessas afirmações "otimistas" do processo agroindustrial e do papel da agroindústria são fruto de uma conjuntura de supersafras (as quais possibilitaram uma imagem de agricultura moderna, de conseqüências benéficas) na perspectiva do grande apoio não só aos interesses internacionais, mas também aos interesses de grupos privados nacionais e estatais. No entanto, acredita-se que os complexos agroindustrias estruturaram-se, sem dúvida, não sendo, contudo, um processo irreversível ou acabado, mas, sim, dinâmico (apresentando -se com matizes diferenciadas, inclusive entre os próprios setores voltados para a agricultura). Acredita-se haver uma tentativa de transformar a produção rural em processo industrial, fetichizando a articulação mercantil desse espaço e, também, sem dúvidas, servindo de controle social. Há uma transitoriedade¹⁰. Sob esse ponto de vista, o CAI apropria-se parcialmente de determinados aspectos produtivos. Como ele tem a incumbência(?) de tornar a produção agrícola um processo industrial, os seus limites são dados pelas inovações tecnológicas, de um lado, e pelo fator terra, natureza e cultura de outro. O pequeno produtor trabalha com variáveis conjunturais próprias, muitas vezes não-capitalistas, o que, de certa forma, dificulta ainda mais a penetração(?) de uma forma industrializante da agricultura.

Autores como DICINSON e MANN (1978) colocam o pequeno produtor familiar como fruto dos obstáculos à produção capitalista na agricultura e, baseados em Marx, analisam a questão do tempo de trabalho e do tempo de produção. Como

¹⁰O direcionamento do crédito agrícola para setores voltados à produção agroindustrial fez com que inúmeros pequenos produtores de base familiar produzissem produtos alimentares, inclusive com formas não-capitalistas de produção. As agroindústrias caseiras (muitíssimo dinamizadas, no Norte e Nordeste do RS), a venda de produtos diretamente ao consumidor nas feiras, etc., são expressivos indicadores do grau diferenciado de penetração de formas capitalistas de produzir na agricultura.

o tempo de trabalho é menor que o tempo de produção, ocorre uma fuga de capitais de determinadas esferas produtivas na agricultura, o que propicia um espaço de reprodução da produção familiar na medida em que ele busca, neste hiato de tempo, formas externas e/ou não-capitalistas internas de sobrevivência. Na opinião dos autores, a produção familiar inviabiliza a agricultura capitalista em grande escala, pois se mostra incapaz de integrar o progresso técnico à demanda, tornando-se um setor de baixa rentabilidade.

Alguns autores, enfocando os mais diversos parâmetros, justificam a eficiência ou "funcionalidade" da pequena produção familiar, defendendo a inviabilidade da empresa capitalista na agricultura, na qual os capitais industriais, por terem um elevado grau de mono/oligopólio, elevam a taxa de lucro no setor industrial, promovendo uma deterioração nos termos de troca em favor da indústria. Deste modo, estaria aí uma brecha para a pequena produção familiar, pois, nela, a valorização do trabalho e não do capital promoveria a reprodução da família. Esta, em linhas gerais, se daria pela facilidade de aplicação e intensificação da força de trabalho frente às transformações tecnológicas, processo que estaria no centro da promoção do excedente.

Tendo presente a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, fator que dispensa, espacialmente, e descontrola o trabalho agrícola, alguns autores acreditam que o espaço da pequena produção familiar estaria privilegiado por ter ela uma maior autodeterminação no trabalho, ou seja, o desnecessário desembolso efetivo do custo da mão-de-obra.

No fundo, o que está em pauta é a dificuldade do grande capital de agir na pequena produção familiar. No entanto, essa dificuldade do capital ou funcionalidade da pequena produção familiar não é tão evidente, pois não se pode negar a presença do grande capital junto à dinâmica econômica do espaço agrário, seja ele comercial ou industrial. A pequena produção familiar precisa repor custos de sobrevivência na forma de capital constante, ao que GOODMAN et alii (1985) chamam de tecnificação ou capitalização, que se diferencia de acumulação de capital. Parte do excedente é "desviado" pelos capitais intermediários. Mesmo assim, esses autores acreditam que a elevação da composição orgânica do capital e da economia em geral abre espaços para alternativas que envolvem produtividades baixas. Além disso, como analisa QUEDA (1991), devido à concentração de renda no setor urbano e ao fato de que os preços baixos dos alimentos não conseguem dinamizar áreas de produção moderna, só os pequenos produtores familiares, que não podem assumir comportamentos empresariais, podem se dedicar à produção de

alimentos, redefinindo seu papel no movimento mais geral de acumulação determinado pelos mecanismos que o capital utiliza para se apropriar do excedente aí produzido.

É dentro desta discussão entre tempo de produção e de trabalho, de produtividade, papel do produtor rural e do fator terra (natureza) que alguns autores tematizam a questão da nova dinâmica da pesquisa tecnológica voltada para o setor agrícola.

3.2 O paradigma globalizante da Revolução Científico-Tecnológica (RCT) e seus reflexos no espaço agrário

Para se entenderem as tendências presentes no espaço agrário hoje, é necessário perceber as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura das forças produtivas e as transformações decorrentes e indutoras no âmbito das relações de produção contempladas no presente, as quais envolvem também a produção de base familiar.

O processo de transformações que ocorre no mundo embasa-se na dinâmica do conhecimento científico, principalmente no campo das atividades produtivas. A rápida revolução tecnológica das últimas duas décadas, fundamentada na tecnologia espacial, na robótica, nos lasers, na informática, na genética, nas biotecnologias, etc, origina transformações no processo de acumulação mundial. A acumulação do conhecimento, promovendo uma maior acumulação do capital, é mais intensa do que o movimento do capital produtivo. Este processo está provocando um profundo controle do poder expresso na concentração e centralização do conhecimento e do capital. "Esto provoca una concentración del poder económico, financiero, tecnológico, político y militar como no se había dado antes en la historia (GOROSTIAGA, 1993: 125).

Inserida na dinâmica das inovações tecnológicas, a atividade produtiva passa a ser cada vez mais um momento determinado de um amplo processo social de pesquisa, de invenção e inovação, planejamento macro e microeconômico. Isso tudo sem falar na organização do trabalho, nos processos de gestão das relações sociais, no treinamento, no lazer, na comunicação social global e específica, etc. Nesta atual etapa de desenvolvimento das forças produtivas, está acontecendo aquilo que os teóricos chamam de desmaterialização da produção, ou seja, profunda redução do valor das matérias-primas (lembrando a relação Norte/Sul), do trabalho humano por

unidade de produção (no caso específico da agricultura, redução do papel do pequeno produtor rural e/ou do fator terra)¹¹.

A partir deste processo de organização sócio-econômico, sob a ótica das transformações das forças produtivas pela ciência e tecnologia, forma-se uma hierarquia geoeconômica que regula e administra a concentração e centralização do poder econômico, político, tecnológico, financeiro e militar do mundo. Esse poder materializa-se em conglomerados, contemplados no Grupo dos Sete, na OCDE, no NAFTA, fomando um Estado paralelo global, o qual define as orientações geoeconômicas do capitalismo transnacional¹².

Que implicações surgem, a partir deste modelo, na redefinição do processo de produção agrícola, principalmente contemplado no pequeno produtor familiar?

Sabe-se que o avanço das forças produtivas, sob a ótica da RCT, dinamiza um processo de automatização do trabalho fundado na mecanização e na administração "científica"¹³. Não há dúvida de que isso ocasiona uma redução do papel do trabalho humano na direção e orientação da produção. A própria dinâmica das biotecnologias, dentro deste modelo, reestrutura um caráter substitucionista¹⁴ da base rural da agricultura. Este movimento se expressa pelo desenvolvimento paradigmático da indústria química e das matérias-primas sintéticas. É revelador a expansão de alimentos fabricados, altamente processados, baseados também na

¹¹Este processo, segundo alguns autores, promove uma intensa perda do poder de barganha e da capacidade de negociação do trabalho frente ao capital, tanto na relação Norte/Sul, quanto no próprio processo de trabalho; isso sem falar na relação entre trabalho e saber científico/tecnológico.

¹²Segundo o próprio GATT, apenas 7 % do comércio mundial se ajusta aos princípios do livre comércio. O restante é um mercado "administrado". Deste modo, o Grupo do Sete e grandes conglomerados transnacionais tornam-se atores globais; controlam e se contemplam nas Nações Unidas, no Fundo Monetário, no Banco Mundial, no processo de patenteamento como um todo, etc. Em suma, o paradigma neoliberal que sustenta essa relação não se fundamenta unicamente num projeto econômico e, sim, num projeto de sociedade de relações internacionais e de relações sociais. Este paradigma sócio-econômico exige um darwinismo econômico que se fundamenta na exclusão de uma maioria substancial de estados nacionais e da população mundial que, por razões econômicas e naturais, não têm capacidade de competir nos termos determinados pela mercado mundial. Isso vai ter reflexos marcantes no espaço agrário, principalmente nos países pobres e na agricultura de base familiar.

¹³Apenas para ilustrar, a maioria das agroindústrias, no sul do Brasil, implementaram o uso de computadores nos espaços de produção (aviários) para controlar e administrar o processo de produção dos animais. No aviário, há a presença do computador, na lavoura inúmeros agricultores familiares trabalham com técnicas rudimentares e/ou de forma tradicional (bois, enxadas, aplicação intensiva de força de trabalho), tudo numa mesma unidade de produção.

¹⁴A estratégia substitucionista, visa, num conceito geral, a reduzir o produtor rural a um simples insumo industrial, abrindo caminho para a eliminação do processo rural de produção ou da reprodução biológica. Deste modo, a natureza já não representa uma barreira intransponível à transformação capitalista do processo de produção e da divisão do trabalho social.

reconstituição de componentes alimentícios genéricos, e pelo crescente controle tecnológico da produção de alimentos, manifesto no uso de aditivos químicos (WILKINSON, 1990). Biotecnologias avançadas constituem a vanguarda desta ação tendencial no rumo da dissolução da diferença entre "agricultura e indústria". As formas substitucionistas indicam que a indústria alimentar investe maciçamente no processo tecnológico, principalmente no tocante às biociências, na engenharia bioquímica e farmacêutica, na biomassa, na biologia molecular vegetal, na tecnologia de fermentação e inúmeros outros setores.

Portanto, essa reconstituição industrial da natureza, via biotecnologias, segundo alguns autores, poderá ameaçar, entre muitas outras questões, a participação do Terceiro Mundo (principalmente o sul) nos mercados mundiais de alimentos¹⁵. Em linhas gerais, o ponto crucial é que as biotecnologias quebram a cadeia que une produtos agrícolas e consumo final; oferecem, agora, estratégias alternativas para os interesses econômicos dentro da cadeia global de produção.

Outro fator importante a ser pontuado é a questão da concentração e centralização da produção. Essa orientação, característica da revolução industrial, tende a desenvolver complexos produtivos de caráter internacional e transnacional. É aquilo que se chamaria de segunda etapa da Revolução Verde, na qual tecnologias, relações de produção, gestão (a famosa "empresa rural" etc.), são ligadas umbilicalmente a partir de um centro indutor (centro de pesquisa, de germoplasma, entre outros) as quais vão sendo bioclimatizadas, adaptadas, tripartidas (fordismo moderno) funcionalmente em espaços geoeconômicos diferenciados. Deste modo, justificam-se as culturas de produtos de exportação em detrimento das de produtos destinados ao mercado interno¹⁶.

Ao que parece, o processo de produção agrícola está imbricado num modelo (paradigma) de industrialização da agricultura, movido pela dinâmica da revolução

¹⁵Hoje o açúcar está sendo substituído pela nova geração de adoçantes, e a tecnologia de enzimas simula gostos e cheiros de culturas tropicais; a biotecnologia vegetal permite a produção, nos países do norte, de culturas "típicas" nossas; está havendo uma profunda mudança na cultura alimentar: a "comida" transforma-se em "nutrição". O fazendeiro está, paulatinamente, dando lugar ao "bioadministrador"; a observação é substituída pelo "software".

¹⁶O processo de internacionalização e globalização induz situações, como é o caso da dívida externa, que tem implicações diretas no setor agrícola. O mecanismo funciona assim: o país fez dívida, para ampliar ou criar condições para produzir. Para pagar esta dívida, tem que exportar, tendo que se sujeitar aos preços internacionais. Como esses preços têm baixado nos últimos anos, o país tem que ampliar a produção para continuar pagando a dívida. Para aumentar a produção, toma mais dinheiro emprestado, aumentando a dívida, o que faz com que ele tenha que exportar ainda mais; logo, os preços internacionais tendem também a cair muito mais. Sobre essa questão, ver OLIVEIRA (1994), VEIGA (1994).

científico-tecnológica das últimas duas décadas. Não há dúvidas de que esse modelo tem profundas repercussões nos estados nacionais em inúmeras esferas que vão desde a sua inoperância pelas causas sociais, até a concentração fundiária (ver anexo 3), as relações de trabalho no campo (anexo 4), a redefinição do espaço agrário nos países pobres, a reorientação do processo de produção e reprodução do pequeno produtor familiar, etc. (ver anexo 5).

É deste modo que autores como SORJ e GOODMAN (1987) entre outros, enfocam o papel da agroindústria nesse processo. A "funcionalidade" (à moda de KAUTSKY) da pequena produção familiar da-se-á quando da sua integração à dinâmica da produção de alimentos agroindustriais. Segundo eles, a produção industrial de alimentos (biotecnologias) redefinirá as novas relações agrárias, situadas inteiramente na esfera industrial e reconhecidas dentro de um horizonte produtivo e social com parâmetros industriais.

Resta saber se, realmente, a agricultura, nesse processo substitucionista, tornar-se-á um resíduo. Os alimentos tornar-se-ão completamente autônomos em relação ao meio rural? Segundo SORJ (1992), as relações sociais rurais, mesmo reproduzidas pelo capitalismo, são permanentemente erodidas e reconstruídas, à medida que a tecnologia reproduz a natureza em um grau industrial. Deste modo, o pequeno produtor familiar é pressionado a inovar, a aumentar a especialização, enfim, a eliminar a base material da agricultura em si, pois ela é incompatível com o processo de produção capitalista. As trajetórias norteadoras seriam as biotecnologias.

Parece-nos que tanto as biotecnologias quanto a famosa "maturação" do CAI devem ser colocadas com menos ênfase. É claro que, como tendência, é inegável; porém alguns estudos estão mostrando que o processo é evolutivo sim, mas não totalmente revolucionário. O aumento da produtividade alcançado pelas biotecnologias, segundo alguns, não tem sido tão expoente a ponto de alterar significativamente o processo, nem a oferta de alimentos e fibras de até então não é tão expressiva do acervo do conhecimento industrial. Além disso, porque a agricultura opera com elementos vivos, a divisão do trabalho não trilha os mesmos rumos que outros setores da economia.

É desta forma que se precisa relativizar, que se precisa ter um olhar vigilante (no sentido que lhe dá BACHELARD) para perceber rupturas, discontinuidades e redefinições, no sentido de entender os novos processos sociais agrários. Precisa-se dialetizar, ou, pelo menos, relativizar determinadas teorias que julgam abarcar a lógica da "totalidade-real" do "mundo" também social, presente em meio ao pequeno produtor familiar.

4 CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES FINAIS

A partir das breves linhas traçadas até aqui, poder-se-ia ainda dizer que o modelo econômico que norteia a produção na agricultura e, nesta, a pequena produção familiar, contempla ainda a inevitabilidade da seletividade e a diferenciação social? Quem é o proletário no campo hoje? É o expropriado dos seus meios objetivos de produção, ou é aquele envolto num processo onde o capital não expropriou completamente de seus meios de produção, mas, sim, o processo produtivo, como dizia SORJ (1978)? As biotecnologias, não as relações de produção puramente capitalistas, proletarizarão ou se encarregarão de expulsar hoje e amanhã o explorador familiar?

A utilização da mão-de-obra familiar dá idéia de uma autodeterminação, de um processo de produção que se regula internamente, de um recurso que serve para potenciar o trabalho por meio da cooperação compulsória de seus membros. Esse mesmo processo, que dá a idéia de controle do próprio trabalho, que faz dos membros da família cúmplices voluntários de sua exploração, não é parte constituinte hoje do processo de trabalho da exploração familiar, exploração esta que se materializa na subordinação aos meios de produção e ao controle técnico da agricultura? A "especificidade" tem lugar ainda em meio ao processo de produção agrícola capitalista de excedentes? É possível negar suas particularidades? Sem essas particularidades, é possível compreendê-la?

As interrogações são muitas!

Parece-nos que as diferentes formas como se organiza o trabalho familiar e sua presença hoje são geradas -não eliminadas completamente - no bojo do processo de valorização do capital, principalmente agroindustrial (tanto a jusante, quanto a montante), sendo parte integrante do próprio movimento, por mais contraditório que seja, das relações de produção capitalistas imbricadas em fenômenos da "cultura camponesa" e de relações mercantis. Daí a importância de se estudar, de se compreender o conteúdo que une, interliga essa nova relação, com o objetivo de se perceber o processo de expansão do capital na unidade de exploração familiar: como ela se adapta, reage, desenvolve o processo, e as rupturas e conflitos que daí resultam. Um dos pressupostos epistemológicos para abarcar essas relações objetivas em construção/destruição/reconstrução é o de que o pequeno explorador familiar não é uma categoria alienada da estrutura maior; não é uma condição; é um processo em constante reconstrução, o qual tem, na produção da mercadoria (excedente) e na lógica do movimento de valorização do capital, seu sentido de ser. Em outras

palavras, a sua presença precisa ser entendida como parte integrante do processo de reprodução das relações sociais de produção, norteadoras da reprodução ampliada do capital.

Deste modo, surge a necessidade de estudos que enfoquem o vivido do pequeno produtor familiar no seu interior, sem, no entanto, desvinculá-lo do global, as suas estratégias de sobrevivência, as contradições na relação com o capital industrial urbano, com o modelo estrutural de produção agrícola, o modo como esta unidade se define e redefine. Precisa-se de estudos que privilegiem menos os elementos estruturais e que mergulhem nas práticas sociais, no sentido de perceber como os grupos sociais se potencializam em forças sociais, criando e determinando trajetórias variadas, com dimensões constitutivas do real, multidimensionais (econômica, política cultural, simbólica...). Isso significa apreender o feixe de relações que propiciam a compreensão de como os fenômenos sociais, econômicos e históricos se manifestam na multiplicidade de suas dimensões e na heterogeneidade do espaço agrário e social neles envolvidos.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALBUQUERQUE, R. O complexo agroindustrial: uma primeira avaliação tecno-econômica. Porto Alegre: FEE, 1984.

CHAYANOV, V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DICKINSON, J. e MANN, S. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. In: The Journal of Peasant Studies. Vol 5, nr 4, 1978.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1975.

GOODMANN D. et alii. "Agroindústrias, políticas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. IN: Revista de Economia Política. São Paulo, 5 (4): 31-35, out/dez. 1985.

GOROSTIAGA, X. La mediación de las ciencias sociales y los cambios internacionales. Madrid: Ed. Trieta, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: HUCITEC, 1981.

----- Modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JOHSTON, B. e KYLBY, P. A agricultura e a transformação estrutural. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LÊNIN, V. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Moscú: Progreso, 1979.

LEHMANN, D. Ni Chayanov, ni Lenin: apuntes sobre la teoría de la economía campesina. In: Estudios Rurales latinoamericanos. Bogotá, Vol. 3 nr 1, Enero-abril, 1980. P.5-23.

KAUTSKY, K. La cuestión agrária. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974.

MARX, K. O Capital, Tomo 3. México: Fondo de Cultura Econômica, 1947.

MULLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC, 1982

OLIVEIRA, A. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

-----O campo brasileiro no final dos anos 80. In: Questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

PASTORE, J et alii. Condicionantes da produtividade da pesquisa agrícola no Brasil. São Paulo: IEP/USP, 1976.

SANDRONI, P. A questão agrária e campesinato. São Paulo: Pólis, 1980.

SCHULTZ, T. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

VEIGA, J. Fundamentos do agrorreformismo. In: Questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: USP, 1972.

----- Da lavoura às Biotecnologias. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ABSTRACT

THE CONCEPTUAL RELATIVITY AND THE PARADIGMS OF THE SMALL FAMILIAR PRODUCTION IN THE SOCIAL-ECONOMIC THOUGHT

This study searches for reflecting about the main paradigms of the peasant economy in the middle of the marketable production process. Approaches are discussed trying to divide this class in two, relating to the most global social-economic process. It is searched to dialect conceptions, with the objective of understanding the small familiar production inserted and redefined in a larger social-economic process, mainly in the agroindustrial point of view.

Key-words: Peasant Economy, Agriculture, Agroindustry.

RESUMEN

LA RELATIVIDAD CONCEPTUAL Y LOS PARADIGMAS DE LA PEQUEÑA PRODUCCIÓN FAMILIAR EN EL PENSAMIENTO SOCIO-ECONÓMICO

El presente estudio pretende reflexionar sobre los paradigmas que guían la comprensión de la economía campesina en medio del proceso de producción mercantil. Se abordan temas que intentan dicotomizar ese estrato en relación al proceso socio-económico global. Se pretende fundir conceptos, para poder comprender la pequeña producción familiar inserta en un proceso socio-económico mayor, principalmente desde un punto de vista agro-industrial.

Palabras-clave: Economía Campesina, Agricultura, Agroindustria.

APÊNDICE

Tabela 1A - Estrutura fundiária - Número de estabelecimentos -Brasil - 1940 a 1985

Classes de área (ha)	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Menos de 10	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841
10 a 100	975.438	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424
100 a 1.000	243.818	268.159	314.746	414.746	446.170	448.521	518.618
1.000 a 10.000	26.539	31.017	30.883	35.425	39.648	45.496	47.931
10.000 e mais	1.273	1.611	1.597	1.449	1.820	2.345	2.174
Total	1.904.508	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779

FONTE: IBGE

Tabela 1b Estrutura fundiária - ÁREA TOTAL (HA) – Brasil 1940 a 1985

Classes de área (ha)	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Menos de 10	2.893.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	1.029.780
10 a 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	60.171.637	64.494.343	69.678.938
100 a 1.000	66.184.999	75.520.717	86.029.455	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.893.557
1.000 a 10.000	62.024.817	73.93.482	71.420.904	80.059.162	89.866.944	104.548.849	108.397.132
10.000 e MAis	33.504.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	48.951.812	60.007.780	56.287.168
Total	197.720.247	232.211.106	249.862.142	294.145.466	323.896.082	363.854.421	376.286.577

FONTE: IBGE

Tabela 2 - Participação percentual dos grupos de idade na PEA Agrícola e não-agrícola, no RS 1960 - 1991

Idade	1960		1970		1980		1991
	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola	Não-agrícola	Agrícola
10-19	27,02	12,83	25,08	14,06	22,63	16,95	20,18
20-49	57,13	73,47	56,81	74,45	58,22	72,57	48,63
50 e Mais	15,85	13,70	18,11	11,49	18,15	10,48	31,19

Fonte: CENSOS DEMOGRÁFICOS: 1960 - 1991. RIO GRANDE DO SUL, IBGE. EMATER, Pesquisa rural. Porto Alegre, 1992.

Tabela 3 - Evolução da participação percentual dos grupos de Idade na PEA Agrícola no RS - 1960 - 1991

Idade	1960/70	1960/80	1960/91
	Agrícola	Agrícola	Agrícola
10-19	92,82	83,75	74,68
20-49	99,44	102,48	85,12
50 e Mais	114,26	120,82	196,78

Fonte: Idem, tabela anterior

Tabela 4 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários -Brasil -(1970/1980)

	Familiar		Assalariado	
	1970	1980	1970	1980
Menos de 100 ha	91%	86%	09%	14%
100 - 1.000 ha	59%	46%	41%	54%
+ de 1.000 ha	30%	17%	70%	83%
Total	85%	77%	15%	23%

Fonte: IBGE

Tabela 5 - Participação relativa da PEA Rural na força de trabalho total - Brasil

Anos	1940	1950	1960	1970	1980	1985	1990
PEA	66,7	60,5	54,5	44,6	30,1	28,5	24,0

Fonte: IBGE.

Tabela 6 - Utilização de instrumentos mecânicos nas lavouras em Passo Fundo

ANOS	N tratores	% de expansão	N de arados		% de expansão	N de máquinas		% de Expansão
			Tração Animal	Tração Mecânica		Para o plantio	Para a colheita	
1970	8.659		125.523	8.407			4.756	
1980	27.144	315%	119.012	32.305	380%	19.538	11.047	253%
Total	35.803		244.535	40.712			15.803	

Fonte de dados brutos: IBGE

Tabela 7 - Estrutura fundiária de Passo Fundo

Ano	geral estab	Total geral área (ha)	Total		Menos de 1 ha		1 a menos de 2 ha		2 a menos de 5		5 a menos de 10 ha		10 a menos de 20 ha	
			% Est	%Est fund	% Est	%Est fund	% Est	%Est fund	% Est	%Est fund	% Est	%Est fund	% Est	%Est fund
1970	3.331	173.876	0,84	0,05	1,26	0,03	9,33	0,55	17,12	2,14	23,82	6,03		
1975	3.334	157.100	0,62	0,04	2,87	0,07	11,20	0,74	19,76	2,78	21,50	6,25		
1980	2.643	176.193	1,39	0,00	1,66	0,03	7,15	0,34	14,98	1,54	22,13	4,61		
1985	2.291	163.553	1,04	0,00	0,82	0,01	7,68	0,36	14,14	1,42	21,30	4,15		

CONTINUAÇÃO

Ano	20 a menos de 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 a menos de 200 ha		200 a menos de 500 ha		500 a menos de 1.000 ha		1.000 a menos de 2.000 ha		2.000 a menos de 5.000 ha	
	% Est	% Est fund	% Est	% Est fund	% Est	% Est fund	% Est	% Est fund	% Est	% Est fund	% Est	% Est fund	% Est	% Est fund
1970	26,48	14,90	9,69	12,76	6,07	15,72	3,83	21,88	1,02	13,89	0,48	12,05	-	-
1975	20,72	13,49	-	-	4,88	6,61	3,08	19,07	13,53	0,65	17,81	-	-	-
1980	26,52	12,26	11,57	12,04	7,15	15,16	4,95	22,23	1,81	0,95	0,64	11,86	-	-
1985	26,53	11,62	13,13	12,44	7,20	14,20	5,06	20,20	2,53	24,54	0,43	8,12	0,08	4,13

Fonte de dados brutos: IBGE

Tabela 8 - Total de estabelecimentos produtores de soja, trigo, milho, arroz e feijão de Passo Fundo. 1960-1985.

	1960	1970	1975	1980	1985
Arroz	2.433	771	973	964	907
Feijão	2.389	182	547	1.125	944
Milho	5.661	2.367	2.407	2.019	1.744
Soja	105	1.831	2.578	1.982	1.800
Trigo	3.437	2.299	922	496	698

Fonte: Censos Agropecuários-1960-1985.

Tabela 9 - Total de estabelecimentos que utilizaram fertilizantes e defensivos químicos em passo fundo. 1960-1985

ANOS	FERTILIZANTES	DEFENSIVOS
1960	944	253
1970	3.311	2.277
1975	3.334	2.182
1980	2.643	2.273
1985	2.291	2.004

Fonte de dados brutos: IBGE

Quadro 1 - maiores grupos econômicos proprietários de terra no Brasil -1989

Grupo/Empresas	K	Área Total (ha)	Latifúndio (ha)
SETOR FINANCEIRO	2		
Bradesco	2	839.224	678.221
APLUB	2	2.279.073	2.279.015
Bamerindus	2	254.410	217.707
Bueno Vidigal	2	240.651	189.038
Benasa	2	156.083	155.599
B.C.N.	2	143.865	9.163
Itamarati	2	131.687	131.554
Boz. Simonsen	3	114.043	34.880
Safra	2	107.775	107.755
Itaú	2	106.595	39.825
Econômico	2	100.663	99.127
Multiplic	2	96.540	80.000
Credireal	1	83.800	83.441
Wall. Simonsen	3	82.616	81.947
Nacional	2	73.927	62.771
Subtotal		4.864.967	4.250.093
SETOR INDUSTRIAL			
Manasa/Cifec	5	4.160.658	3.661.291
C.S.E.M.I.	2	2.240.485	1.909.367
Klabin	2	522.984	309.601
Votorantim	2	497.566	351.768
E. N. I.	5	492.174	492.158
Ometto	2	438.715	294.196
Uniconn	3	405.000	405.000
Calcestruzi	5	367.885	338.411
C. V. R. D.	1	350.725	176.623
Belgo-Mineira	5	288.333	75.400
Camargo-Correa	2	202.144	62.859
Mont. Aranha	2	190.202	183.716
Dedine	2	179.869	171.032
And. Gutierrez	2	167.564	89.986
Mannesmann	5	138.431	13.503
Fischer	2	125.690	114.707
Nahas	3	119.972	357
Aracruz	3	102.814	82.914
Subtotal		1.991.218	9.4991.488
SETOR AGROPECUÁRIO			
Cotrig Acu	2	1.611.757	1.611.757
Moraes Mad.	2	669.280	669.280
Ingeco	3	599.669	98.930
Agroind. Amapa	2	540.618	540.618
Mad. São João	3	392.967	35.104
Madeiras	2	391.071	391.071
Emppes. Amazônia	2	352.861	352.861
Cebrir	2	339.514	227.445
Vale R. Grande	2	318.338	150.000
Agrimar	2	301.100	301.100
Rio Cajari	2	278.705	278.462
Color	2	278.600	278.600
Sinop	2	202.794	201.077
Subtotal		6.277.273	5.185.300
Total		22.133.459	18.926.300

FONTE: MIRAD.

Observações: a) K - Tipo de capital; 5 - Estrangeiro; 3 - Combinado Nacional; 2 - Privado nacional; 1 - Estatal.¹